

IFEANYI MENKITI E O CONCEITO DE PESSOA

Ifeanyi Menkiti and the Concept of Person

Francisco Antonio de Vasconcelos
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
franciscoantonio_vasconcelos@yahoo.com.br

Francisco Orlando Junior
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
fcoorlandojunior96@gmail.com

Resumo: Esta exposição é fruto de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC), realizada de julho/2019 a julho/2020. Aqui, o nosso objetivo principal é discutir o conceito de pessoa utilizado pelo filósofo e poeta nigeriano (falecido em 2019) em seu escrito *Pessoa e comunidade no pensamento tradicional africano* (1984). No texto, Menkiti – confrontando a noção de pessoa, presente na epistemologia dos povos do continente africano (culturas tradicionais), com a ocidental – apresenta o seu comunitarismo. Segundo o autor, o pensamento tradicional africano define o ser humano como um ser comunitário. Além disso, para os povos, localizados ao Sul do Saara, não é correto afirmar que alguém nasce pessoa. Para eles, ser pessoa se trata de um objetivo a ser atingido por meio de um longo processo de incorporação que, inclusive, continua após a experiência da morte corporal. Nesse sentido, depois do nascimento, o indivíduo passa pelos diferentes ritos de incorporação, incluindo os de iniciação na puberdade, antes de se tornar uma pessoa completa aos olhos da comunidade. Autores como John Mbiti, Kwame Gyekye, Hampâté Bâ, Mohammed Majeed e Bernard Matolino foram importantes para este debate.

Palavras-chave: Pessoa; Comunitarismo; Pensamento africano; Menkiti.

Abstract: This exhibition is the result of a scientific initiation research (PIBIC), carried out from July/2019 to July/2020. Here, our main objective is to discuss the concept of person used by the Nigerian philosopher and poet (deceased in 2019) in his writing *Person and Community in African Traditional Thought* (1984). In the text, Menkiti confronting the notion of person, present in the epistemology of the peoples of the African continent (traditional cultures), with the Western one, presents his communitarianism. For the author, traditional African thought defines the human being as a community being. Furthermore, for these peoples, located south of the Sahara, it is not correct to say that someone is born a person. For them, being a person is a goal to be achieved through a long process of incorporation that even continues after the experience of bodily death. In this sense, after birth, the individual goes through the different rites of incorporation, including those of initiation into puberty, before becoming a complete person in the eyes of the community. Authors such as John Mbiti, Kwame Gyekye, Hampâté Bâ, Mohammed Majeed and Bernard Matolino were important for this debate.

Keywords: Person; Communitarianism; African thought; Menkiti.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa teve por tarefa principal se debruçar sobre o seguinte problema: qual é o conceito de “pessoa” utilizado pelo filósofo Ifeanyi Menkiti em seu escrito *Pessoa e comunidade no pensamento tradicional africano* (1984)? Esse autor é poeta nigeriano e um nome de destaque da filosofia africana em nossos dias.

Em relação à metodologia empregada, no intuito de dar resposta ao problema proposto, recorreremos, dentro de uma abordagem qualitativa, à realização de uma pesquisa bibliográfica. A opção por esse tipo de metodologia se explica por se tratar aqui de um esforço investigativo na área da filosofia. Desse modo, o objeto enfrentado neste trabalho exigiu de nós que voltássemos nossa atenção ao campo teórico.

Como etapa inicial de pesquisa, realizamos o levantamento de referencial bibliográfico acerca do tema e do problema de estudo. Assim, foi possível montar o panorama geral, que, após a comparação com novas fontes obtidas, foi sendo questionado no exercício do pensar e repensar para aperfeiçoar o conhecimento.

As fontes bibliográficas utilizadas focaram, especificamente, a temática em estudo, com o objetivo de poder perceber adequadamente as implicações da conceitualização de “pessoa” com a categoria comunidade.

No texto em análise, uma das questões enfrentadas foi contrastar a noção de “pessoa”, presente na epistemologia dos povos do continente africano (culturas tradicionais), com a ocidental. Nessa mesma direção, Ezio Bono também adverte:

De fato, o Ocidente define o homem abstrato, com as suas características individuais, enquanto na visão africana não existe indivíduo solitário, apenas o homem na famosa acepção de Mbiti [...] (Eu sou porque nós somos...). (BONO, 2015, p. 77)

Isso significa dizer, na visão de Menkiti, que o pensamento tradicional africano define o ser humano como “ser comunitário”, além do mais, para esses povos, localizados ao Sul do Saara, não é correto afirmar que alguém nasce pessoa. Para eles, ser pessoa se trata de um objetivo a ser atingido por meio de um longo processo de incorporação que, inclusive, continua após a experiência da morte corporal.

Assim, depois do nascimento, o indivíduo passa pelos diferentes ritos de incorporação, incluindo os de iniciação na puberdade, antes de se tornar uma pessoa completa aos olhos da comunidade. E então, naturalmente, há procriação, velhice, morte e entrada na comunidade de espíritos ancestrais - um coletivo visto como extensão da comunidade de

homens e mulheres vivos, e com o qual se estaria em constante interação (MENKITI, 1984).

Na compreensão da pessoa humana como um ser comunitário, vale destacar também ser esse texto de Menkiti uma referência importante para o comunitarismo de Kwame Gyekye. Assim, aquele declara: “na medida em que os africanos são considerados, a realidade do mundo comunal tem precedência sobre a realidade das histórias de vida individuais, quaisquer que estas sejam” (MENKITI, 1984, 171), todavia Gyekye critica o ponto de vista de Menkiti segundo o qual “o estatuto metafísico da comunidade *vis-à-vis* ao da pessoa e sua consideração de pessoalidade em filosofia moral, social e política africanas é [...] exagerada” (GYEKYE, 2002, p. 4).

Neste sentido, Gyekye tece críticas a Nkrumah, Senghor e Nyerere por tentarem colocar o comunitarismo dos povos de África como base da ideologia do socialismo africano. Em suas palavras: “uma visão do comunitarismo que acho insuportável”. Avançando, ele esclarece:

O comunitarismo imediatamente vê a pessoa humana como um ser inerentemente (intrinsecamente) comunitário, incorporado em um contexto de relações sociais e interdependência, nunca como um indivíduo isolado, atômico. Por conseguinte, vê a comunidade não como uma mera associação de pessoas individuais cujos interesses e fins são contingentemente congruentes, mas como um grupo de pessoas ligadas por laços interpessoais, biológicos e /ou não-biológicos, que se consideram principalmente como membros do grupo e que têm interesses, objetivos e valores comuns. A noção de interesses e valores comuns é fundamental para uma concepção adequada da comunidade; essa noção de fato define a comunidade. É a noção de interesses, objetivos e valores comuns que diferencia uma comunidade de uma mera associação de pessoas individuais. Membros da comunidade compartilham objetivos e valores. Eles têm ligações intelectuais e ideológicas, bem como emocionais, com esses objetivos e valores; enquanto estimá-los, eles estarão sempre prontos para persegui-los e defendê-los. (GYEKYE, 2002, p. 5)

Segundo Gyekye, a comunidade cultural a que pertence o indivíduo é pressuposto para o desenvolvimento pleno deste como pessoa. Por essa razão, o autor defende ser ela anterior ao indivíduo. O filósofo destaca que “uma pessoa humana individual não pode desenvolver e atingir a plenitude de suas potencialidades, sem o ato concreto de se relacionar com outras pessoas individuais” (GYEKYE, 2002, p. 7). Contudo, o pensador ganense adverte para o risco de se cair em “uma visão hiperbólica e extrema do estado funcional e normativo da comunidade” (GYEKYE, 2002, p. 8).

Em *Concepções africanas do ser humano* (2011), o filósofo moçambicano Severino Ngoenha alerta para o perigo de cairmos na eliminação do indivíduo, caso se continue a supervalorizar a comunidade. A esse respeito, Ezio Bono (2015) sublinha ser preciso ter sempre presente a base metafísica em que se sustenta a experiência dos povos do continente africano,

lembrando que para Ngoenha a sociedade do africano é “única e transcendental” (NGOENHA, 2011, p. 195).

No final do referido texto, o autor põe a seguinte indagação: “A antropologia não estará idealizando o “comunitarismo” africano, pensando em alternativa ao individualismo ocidental carregado de conotações negativas?” (BONO, 2015, p. 125).

Entretanto, devemos ter presente a advertência de nosso pensador nigeriano para quem a personalidade é o tipo de coisa que tem de ser alcançada (e, de fato, o é) em proporção direta com a participação da vida comunitária através da realização das várias obrigações definidas pelas etapas de vida de alguém (MENKITI, 1984, 176).

Finalmente, no intuito de dar resposta ao problema proposto nessa investigação, recorreremos, dentro de uma abordagem qualitativa, à realização de uma pesquisa bibliográfica. Nós fizemos a opção por esse tipo de metodologia porque o nosso trabalho investigativo aqui se dá na área da filosofia. Dessa forma, o objeto enfrentado neste trabalho exigiu de nós que nos concentrássemos no campo teórico. Como etapa inicial de pesquisa, realizamos o levantamento de referencial bibliográfico acerca do tema e do problema de estudo. Assim, foi possível montar o panorama geral, que, após a comparação com novas fontes obtidas, foi sendo questionado no exercício do pensar e repensar para aperfeiçoar o conhecimento.

A perspectiva de Ifeanyi Menkiti

A efetivação da presente pesquisa nos levou a concluir que ao escrever o seu artigo, *Pessoa e comunidade no pensamento tradicional africano* (1984), o objetivo do pensador nigeriano foi elaborar uma concepção de pessoa presente no pensamento tradicional africano. A estratégia adotada pelo autor consistiu em mostrar certas diferenças entre a concepção africana de pessoa e outras concepções encontradas no pensamento ocidental.

A primeira distinção entre as duas visões (a ocidental e a africana) sublinhada por Menkiti é a seguinte: as visões ocidentais do homem abstraem essa ou aquela característica do indivíduo solitário, para, em seguida, torná-la a característica essencial que as entidades aspirantes à descrição "homem" devem ter. Ao contrário, a visão africana de homem nega que as pessoas possam ser definidas, focando-se nesta ou naquela característica, seja física ou psicológica, do indivíduo solitário. O filósofo destaca que, na perspectiva africana, o homem é definido por referência à comunidade ambiental. Tese defendida, dentre outros, pelo filósofo e teólogo queniano John Mbiti (MENKITI, 1984) – também falecido em 2019 – tendo por solo o pensamento *Ubuntu* (VASCONCELOS, 2017). Menkiti destaca que essa visão leva à

prevalência do comunitário sobre o individual. Ele esclarece que essa primazia se aplica não apenas ontologicamente, mas também no que diz respeito à acessibilidade epistêmica.

Uma distinção crucial, entre a visão de homem dos países africanos e aquela encontrada no pensamento ocidental, é a seguinte: na visão africana, é a comunidade que define a pessoa como pessoa, não uma qualidade estática isolada da racionalidade, vontade ou memória, afirma o escritor (MENKITI, 1984).

Vamos à segunda distinção apontada por Menkiti, isto é, a natureza processual do ser, no pensamento africano – o fato de que as pessoas se tornam pessoas somente depois de um processo de incorporação. Para o nosso filósofo, o indivíduo precisa aderir à comunidade a que pertence, caso contrário, ele será considerado apenas um mero pretendente a membro para quem a descrição “pessoa” não se aplica totalmente. Significa dizer que, nesse sentido, pessoalidade é algo que deve ser alcançado e não algo dado simplesmente porque nasce da semente humana. O escritor sublinha que, durante esse longo processo de conquista, a comunidade desempenha um papel vital como catalisador e como prescritor de normas (MENKITI, 1984).

Para ele, a visão ocidental pode ser denominada de *visão mínima* de pessoa, e a africana de *visão máxima* de pessoa. Na opinião do autor, essa pessoalidade completa não é percebida como simplesmente dada no começo da vida de alguém, mas é atingido depois que a pessoa está bem na sociedade (MENKITI, 1984).

De acordo com ele, na África, a mesma referência despersonalizada que marca o início da existência pessoal também marca o fim dessa existência. Depois de nascimento, o indivíduo passa por diferentes rituais de incorporação, incluindo os de iniciação na puberdade, antes de se tornar uma pessoa completa aos olhos da comunidade (MENKITI, 1984).

Consideremos a terceira distinção. O teórico lembra um fato bastante relevante nas sociedades africanas, a saber, o processo de construção da pessoa não finda com o advento da morte do indivíduo. Seguindo John Mbiti (1970), poderíamos chamar os habitantes de comunidade ancestral com o nome de "mortos-vivos" – afirma ele – pois, nas culturas africanas, os mortos ancestrais não estão mortos no mundo dos espíritos, nem estão eles mortos na memória de homens e mulheres vivos que continuam a se lembrar daqueles que já experimentaram a morte corporal. Ainda nesse âmbito, outra característica dessas culturas dos povos de África é considerada por Menkiti, isto é, uma interrelação constante entre mortos e vivos. Estes últimos, incessantemente, pedem sua ajuda através de atos de libação e oferta de sacrifício. Na fase de existência ancestral, portanto, os mortos ainda mantêm sua pessoalidade

e, de fato, são abordados por seus vários nomes como se eles ainda estivessem no centro do palco. Mais tarde, porém, depois de várias gerações, os ancestrais deixam de ser lembrados por seus nomes pessoais; a partir deste momento eles deslizam para a inexistência pessoal e perdem tudo o que possuíam antes à maneira de identidade pessoal. Entretanto, para a ontologia africana, além do estado dos espíritos, os homens não podem ir ou se desenvolver (MENKITI, 1984).

Pode-se dizer, então, que há uma simetria significativa entre a fase de abertura da busca de um indivíduo por personalidade e a fase terminal dessa busca. Por fim, talvez seja interessante notar que esse fenômeno de um status despersonalizado nas duas polaridades da existência faz sentido, dada a ausência de função moral. A criança, nós sabemos, geralmente está preocupada com suas necessidades; e as pessoas mais jovens, via de regra, são ausentes de percepção moral (MENKITI, 1984). Da mesma forma, para os espíritos ancestrais que partiram completamente (os quais, no ponto terminal de sua existência pessoal, têm agora de se tornar meras “Coisas”) o contato deles com a comunidade humana é completamente cortado (MENKITI, 1984).

Com o intuito de evitar confusões, o autor chama a atenção para duas questões: a primeira é aquisição da personalidade, uma vez que existe a possibilidade de confundir o ponto de vista africano com aquele conhecido no ocidente como filosofia existencialista; a outra questão é a articulação do sentido específico em que o termo “comunidade” fora usado por Menkiti em seu escrito, para evitar possíveis erros de interpretação.

No que diz respeito à primeira, deve ser enfatizado que o conceito africano de homem contrasta bastante com o existencialismo, nas suas mais variadas vertentes. Embora ambas as visões adotem uma abordagem dinâmica e não estática do problema de definir o autocontrole humano, as suposições metafísicas subjacentes divergem significativamente. Acima de tudo, enquanto, no entendimento africano, comunidade humana desempenha um papel crucial na aquisição da personalidade plena, na visão existencialista elaborada por Sartre, somente o indivíduo define o eu ou a pessoa que ele deve se tornar. As insistências coletivistas que encontramos na visão de mundo africana faltam totalmente na tradição existencialista. De acordo com o pensador africano, a diferença nas duas abordagens não é acidental. Pelo contrário, surge porque há no fundo um desacordo fundamental para o que é a “realidade” na visão ocidental e na africana (MENKITI, 1984).

Observemos, agora, como o termo “comunidade” é usado no escrito analisado aqui. Segundo o autor africano, os escritores ocidentais geralmente interpretaram o termo “comunidade” de tal maneira que significa nada mais do que uma mera coleção de interesses

pessoas. Nesse sentido, os diferentes indivíduos se reúnem porque percebem que, associados, podem realizar coisas as quais eles não seriam capazes de realizar mantendo-se isolados uns dos outros. Nessa abordagem, sempre que o termo “comunidade” ou “sociedade” for usado, trata-se da soma agregada de indivíduos que compreende isto (MENKITI, 1984).

Assim, na perspectiva ocidental, o termo “comunidade” significa algo diametralmente oposto à visão africana. Quando Mbiti diz que o africano fala para si mesmo "Eu sou porque somos", o falante aborda não simplesmente um aditivo 'nós', mas um 'nós' coletivo (MENKITI, 1984).

Para Kwame Gyekye, o pensador nigeriano exagerou em suas alegações sobre o comunitarismo africano, apresentando opiniões equivocadas. Outros fatores (como racionalidade, virtude, avaliação de julgamentos morais e escolha) são importantes na determinação da personalidade na África, defende Gyekye. As pessoas nascem na comunidade e têm uma orientação para com os outros. O provérbio Akan, segundo o qual uma pessoa não é uma palmeira que deveria ser autocompleta [*onipa nnye abe na ne ho ahyia ne ho*], ilustra bem isso (GYEKYE, 2002, p. 6).

Dentre as limitações apresentadas por Matolino sobre o comunitarismo proposto por Menkiti, destacamos: o primeiro problema com o argumento de Menkiti é sua tentativa de fundamentar a diferença normativa entre bebês e adultos, no pensamento africano, através de sua alegada evidência do uso da palavra em inglês “it” como um indicador da diferença ontológica entre bebês e adultos (MATOLINO, 2011).

Enzo Bono, missionário italiano que atuou por vários anos como professor de filosofia em Angola, em seu livro *Muntuísmo: A ideia de “pessoa” na filosofia africana contemporânea*, põe a seguinte indagação: “A antropologia não estará idealizando o “comunitarismo” africano, pensando em alternativa ao individualismo ocidental carregado de conotações negativas?” (BONO, 2015, p. 125).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comunitarismo de Menkiti é nutrido pelas ideias de Placide Tempels (1945) e John Mbiti, defendendo que a progressão moral é o elemento chave para entender a personalidade. Isso deriva do modo como um indivíduo progride na sociedade em termos de estatura moral e cumprimento de deveres. Ele endossa a opinião de Tempels de que existe uma diferença entre uma pessoa de mediana importância e uma pessoa com muita força, que tem um papel a

desempenhar na sociedade. Para Menkiti, a noção de *Ubuntu*/pessoa inclui uma ideia de excelência, de plenitude de força na maturação (MATOLINO, 2008; 2011).

Podemos sintetizar a relação entre “pessoalidade” e “comunidade”, para Menkiti, dessa maneira: uma pessoa tem a tendência de agir moralmente, tendo o bem social ou o interesse da comunidade em mente. A comunidade requer a bondade de seus membros e o indivíduo fornece isso (MAJEED, 2017).

Para situar a ideia de uma pessoa dentro do contexto da comunidade ou examinar os possíveis vínculos entre eles, deve-se fazer com que, embora a comunidade possa ser entendida como uma entidade metafísica que pode ter humanos individuais como instâncias físicas, pode-se dizer que o comunitarismo é uma filosofia ou uma orientação que exige algumas maneiras particulares de comportamento humano. O comunitarismo poderia, portanto, ser descrito como um chamado à ação – e, especificamente, um chamado para agir moralmente (MAJEED, 2017).

De acordo com Matolino, o uso que Menkiti faz do termo “It” da língua inglesa, em seu relato normativo de pessoalidade, não tem sucesso. Matolino argumenta que a referida palavra não carrega nenhum significado moral. Ele argumenta ainda contra o uso de avanço epistemológico de Menkiti como uma medida de pessoalidade. De acordo com Matolino, essa visão não se aplica ao determinante crucial do que pode contar ontologicamente como pessoa. Em sua opinião, a versão de Menkiti a respeito do comunitarismo não é melhor do que outras versões, tidas por ele como errôneas (MATOLINO, 2011).

Considerando a relação entre pessoa e comunidade no pensamento africano, vale destacar a crítica de Kwame Gyekye ao comunitarismo de Menkiti. Para o filósofo ganense, Menkiti adota uma posição equivocada ao defender um comunitarismo assaz radical. Esse radicalismo a tornaria incapaz de lidar adequadamente com uma questão que se tornou central, no mundo contemporânea, isto é, o problema dos direitos humanos, uma vez que essa posição não dá a devida atenção ao tema do indivíduo. Para desfazer esse engano, Gyekye apresenta uma versão mais amena, ou seja, um comunitarismo moderado (GYEKYE, 1992; 2002).

De fato, a respeito desta acusação levantada contra Menkiti, devemos reconhecer que, depois da modernidade europeia, nenhum discurso com pretensões antropológicas pode se dar ao luxo de se desviar das discussões acerca do indivíduo. Assim, há duas observações feitas por Hampâté Bâ (o pensador de Mali que tanto contribuiu para a divulgação da tradição oral do continente africano) que ajudam bastante: a) Como às tradições malianas (sobretudo, as etnias fula e bambara) entendem o que significa ser pessoa. Para eles, “[...] a tradição concebe a pessoa

humana tanto como multiplicidade interior convocada a ordenar e a unificar, quanto a encontrar seu lugar certo dentro das unidades mais vastas que são as comunidades humanas e o mundo vivente no seu conjunto” (HAMPATÉ BÂ, p. 8-9); b) A chamada África Negra é complexa demais para permitir que alguém possa detectar um único conceito de pessoa que sirva para o conjunto da região (HAMPATÉ BÂ, 1981).

Acreditamos que essas duas indicações constituem uma boa bússola para quem decide se movimentar dentro do terreno vasto, complexo e desafiador que é compreender a concepção de pessoa no pensamento tradicional africano.

REFERÊNCIAS

BONO, Ezio Lorenzo. **Muntuísmo**: A ideia de “pessoa” na filosofia africana contemporânea. São Paulo: Paulinas, 2015.

GYEKYE, Kwame. **Person and Community in African thought**. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 297-312. Tradução para uso didático por Thiago Augusto de Araújo Faria.

GYEKYE, Kwame. **Person and Community in Akan Thought**. In: WIREDU, Kwasi; GYEKYE, Kwame. **Person and community**: Ghanaian philosophical studies I. Washington, D.C.: Council for Research in Values and Philosophy, 1992, p. 101-122.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A noção de pessoa na África Negra. Tradução para uso didático de: HAMPATÉ BÂ, Amadou. *La notion de personne en Afrique Noire*. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). **La notion de personne en Afrique Noire**. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvlin Ferreira Medeiros. Disponível em: < https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amadou_hampat%C3%A9_b%C3%A2_-_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_pessoa_na_%C3%A1frica_negra.pdf >. Acesso em: 12 fev. 2018.

MAJEED, Hasskei Mohammed. The Nexus between ‘Person’, Personhood, and Community in Kwame Gyekye’s Philosophy. *UJAH – Unizik Journal of Arts and Humanities*, vol. 18, n. 3, 2017, p. 26-45. Disponível em: < <https://www.ajol.info/index.php/ujah/article/view/166009> >. Acesso em: 12 fev. 2019.

MATOLINO, Bernard. **The Concept of Person in African Political Philosophy: An Analytical and Evaluative Study**. Tese (Doutorado em Filosofia) - School of Philosophy and Ethics, University of KwaZulu-Natal. Pietermaritzburg Campus, p.206, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/FRANCISCO/Downloads/THE_CONCEPT_OF_PERSON_IN_AFRICAN_POLITICAL_PHILOSOPHY.pdf >. Acesso em: 19 dez. 2018.

MATOLINO, Bernard. The (Mal) Function of “it” in Ifeanyi Menkiti’s Normative Account of Person. **African Studies Quarterly**, Volume 12, Issue 4, 2011, p. 23-37. Disponível em: < <http://asq.africa.ufl.edu/files/Matolino-Vol12Is4.pdf> >. Acesso em: 19 dez. 2018.

MBITI, John Samuel. **African religions and philosophy**. New York: Doubleday and Company, 1970.

MENKITI, Ifeanyi A. Person and community in African traditional thought. In: WRIGHT, R.A. (ed.). **African philosophy: An introduction**. Washington: University Press of America. 1984, p. 171-181.

NGOENHA, Severino Elias. Concepções africanas do ser humano. In: **Pensamento Engajado: Ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política**. Maputo: Editora Educar, 2011, p. 183-196.

TEMPELS, Placide Frans. **La philosophie bantoue**. Paris: Présence Africaine, 1945.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. Filosofia Ubuntu. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 3 n. 2. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2017, p. 100-112. Disponível em: < <http://nepa.uespi.br/upload/anais/MzAz.pdf?083553> >. Acesso em: mai. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Francisco Antonio de Vasconcelos

Prof. Adjunto IV da Universidade Estadual do Piauí (UESPI); tem Graduação e Mestrado em Filosofia, Doutorado em Educação e Pós-Doutorado em Ciências da Religião; desenvolve as seguintes linhas de pesquisa: Religião e Política; Habermas e Educação; Filosofia Africana.

Francisco Orlando Junior

Discente PIBIC/UESPI, cursando o nono período do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Recebido em janeiro de 2022.
Aceito para publicação em julho de 2022.
Publicado em agosto de 2022.